



PLANO DE TRABALHO INDIGENISTA PARA
A ETNIA GUARANI: ESBOÇO PRELIMINAR

2a. VERSÃO - REDAÇÃO REVISADA

BSB 05/1985

Obs: O presente planejamento pretende fornecer elementos básicos para uma ação indigenista junto aos Guarani no País. Trata-se de um esboço para discussão. Como se espera, o debate poderá fornecer novos subsídios para sua melhoria. Solicita-se não divulgar ou reproduzir as informações aqui contidas, preliminares e, em muita, falhas.

INTRODUÇÃO

Este plano de trabalho objetiva esboçar algumas linhas para uma atuação do Órgão Federal responsável pelo trato com as populações indígenas no país, junto aos Guarani que habitam o território brasileiro.

As propostas aqui apresentadas foram pensadas numa perspectiva de trabalho contínuo e de longo prazo. O que se pretende é a criação de condições reais de intervenção oficial que possibilite às comunidades Guarani, participação ampla e efetiva nas decisões e ações de qualquer natureza que digam respeito a seu próprio movimento e interesse. Pensado a longo prazo este plano encerra, contudo, sugestões para tomadas de medidas imediatas ou de curto prazo, de baixo investimento em recursos humanos e materiais, que abram discussões conjuntas entre índios, FUNAI e outros envolvidos, de sorte que, neste processo, as falhas da ação possam ser corrigidas, revertendo em favor das comunidades seus acertos.

Este plano procura resguardar as especificidades Guarani como sociedade humana etnicamente identificada. A experiência tem demonstrado ser esta uma orientação que auxilia sobremaneira a realização efetiva do trabalho indigenista.

REALIDADE TRABALHADA

É preponderante considerar com cuidado alguns aspectos do contexto sobre o qual se pretende trabalhar.

Cabe ressaltar, como ponto de partida, a existência dos três sub-grupos Guarani encontrados no Brasil: os Guarani-Paĩ-Tavyterã (ou Kaiowã); os Guarani-Nandeva (ou Ava-Chiripa, ou Ava-Guarani ou Apapokuva), e os Guarani-Mbya (1).

A cada um destes sub-grupos Guarani correspondem concepções da realidade pautadas, antes de tudo, sobre incorporações variadas de elementos coletados em acervo mítico-religioso com origens comuns e que constituirão ideologias e práticas distintas. Isto se manifesta nos dialetos, rituais, interpretações míticas, organização política, em regras de parentesco ou em outras esferas da sociedade Guarani.

Paralelamente a isso, há diferentes situações regionais de contato provocando diferentes respostas Guarani. Evidencia-se, desta forma, processos peculiares a cada sub-grupo, a cada região onde este se insere e, no limite, a cada comunidade. Detecta-se contudo, independentemente da realidade vivida e da parcialidade / sub-grupo, a especificidade étnica Guarani - um "Ethos" ou "modo de ser" de que se falara adiante.

Há ainda uma gama de instituições não-indígenas que participam, de alguma maneira, da realidade Guarani. Confrontadas com o Órgão do indigenismo oficial brasileiro e com a prática missionária, ambos tradicionalmente atuantes no trato com as populações indígenas, estas instituições ou seus agentes realizam uma prática que se poderia preliminarmente nomear aqui de "indigenismo alternativo": um conjunto de instituições, formadas por indigenista, jornalista, antropólogos,

(1) Estes Mbya não devem ser confundidos com os Mbaya, de língua Guaicuru, representados no cenário indígena brasileiro pelos Kadiweu.

médicos, advogados, estudantes e outros profissionais que, nos últimos anos, veem realizando intervenções diretas (ou indiretas) em áreas indígenas com recursos humanos e materiais independentemente do Estado ou Missões. Grosso modo, pode-se dizer, pretendem uma ação "promocional" dos aspectos culturais, sociais, econômicos, e políticos das comunidades atendidas. O trabalho assistencialista é preterido e a catequese descartada a priori. Como ressalva cabe distinguir setores da Igreja Católica que nos últimos anos vem repensando a ação missionária.

A aceitação e atuação da FUNAI por parte dos Guarani são em determinadas comunidades, suplantadas por entidades do "indigenismo alternativo" (2).

Rechaços ou críticas dos Guarani não são incompatíveis com a atuação, às vezes sofrível, da Fundação - devendo-se considerar aqui, também o SPI. Nestes termos a proposta é de se buscar formas de equacionamento comum de trabalho entre FUNAI e entidades não-oficiais, tendo nas comunidades indígenas o definidor de sua metodologia.

Pode-se considerar, com base no exposto até aqui e em alguns exemplos de experiências de trabalho com relativo êxito entre os Guarani dentro e fora do País, que mudanças consistentes na metodologia e na ação da FUNAI podem redundar numa prática que permita aos índios desta etnia, assumirem a condição de mentores das ações indigenistas que lhes digam respeito. A proteção, a assistência e o apoio do Estado à população Guarani não devem, segundo entende esta assessoria, ser reduzidos; seus problemas certamente se multiplicariam sem a presença do Estado.

(2) Há comunidades Guarani em que se pode observar um total desinteresse pela intervenção da FUNAI ou qualquer outra entidade alternativa ou missão.

QUESTOES DE METODOLOGIA

As diferentes maneiras de entender o trabalho indigenista - e portanto os índios - existentes entre o órgão tutelar e as entidades alternativas, de um lado; e, de outro, as diferenças da mesma natureza dentro do indigenismo alternativo, recortam, em distintas direções, metodologias de trabalho levadas a efeito junto aos Guarani. Frente a isso, esta assessoria entende como um de seus objetivos, gestões no sentido de uma atuação que se aproxime maximamente, de pontos que, podem ser considerados como determinantes para uma intervenção que atenda de forma eficaz as aspirações das Guarani enquanto etnia.

O que se propõe concretamente, são ações cuja atenção estejam especialmente voltadas para a especificidade do que chamaríamos aqui de "modo de ser" Guarani. É, portanto, calcado nesse "modo de ser" que a metodologia que aqui se esboça deve nortear seus rumos.

O termo Guarani que explicita essa idéia é TEKO. Adjetivado, assume diferentes significados, define regras socialmente valorizadas (TEKO PORĀ, p.ex.) e comportamento religioso (TEKO MARANGATU). Pode ser traduzido por "modo de ser", "maneira de entender o mundo", "ideologia", "cultura", "hábitos", "sistema", "leis", "valores", regidos de forma marcante por uma religiosidade Guarani (cf. meliã). É esta "ideologia" (ÑANDE REKO) que ilumina e dá forma à especificidade Guarani, controlando e regulando sua relação com o branco. O que se tem observado é que o sucesso de qualquer intervenção fica comprometido caso a participação da comunidade, expressando a seu modo suas aspirações não ocorra.

Esta participação se manifesta de diferentes formas e exige o exercício, não raras vezes traumático para o branco, do despojamento de seus próprios valores, princípios, hábitos, costumes, modelos sociais idealizados. Há uma tendência latente observada em muitos agentes - oficiais ou alternativos - que leva a condicionar seu trabalho sobre pa

râmetros descolados da realidade indígena, comprometendo em muito sua prática. Assim, no campo da educação não há, na maioria dos casos, imposições de língua e métodos cujos resultados são duvidosos; no campo da saúde/saneamento básico a intervenção, quando ocorre, é caracterizada também pela imposição de medicina incompreensível para a população a ser beneficiada, sem explicações ou orientações correspondentes; no campo das atividades tidas como de "desenvolvimento comunitário", o que se constata é a exigência de uma produção e de uma produtividade pertinente com o "capital" investido, chocando-se com o "medo de produção" Guarani. Na realidade estas iniciativas tendem a ser rechaçadas ou despertam pouco interesse das comunidades que não compreendem da mesma forma o "desenvolvimento" proposto. Aos Guarani do MS, por exemplo, inúmeras destas oportunidades foram apresentadas sem que tenha havido o resultado esperado. O mesmo pode-se dizer do PI Peruíbe no litoral paulista. A inadequação no encaminhamento das iniciativas - mesmo em relação à sua própria definição - e o rechaço Guarani, reforçam o estigma do "índio vagabundo".

É, portanto, com base nas especificidades de cada sub-grupo Guarani, nas particularidades de cada região onde se encontram e na expectativa de se criar as condições para uma maior participação dos índios nas decisões que lhes dizem respeito, que se procurou estipular aqui um elenco de prioridades para início de um atendimento à etnia Guarani por parte da Fundação. Entende-se que as iniciativas aqui priorizadas podem possibilitar o desenrolar de um movimento interno às comunidades atendidas de sorte que, sobre ele, possam ser construídos critérios de procedimento comuns a todos os agentes brancos no contexto Guarani brasileiro.

OS GUARANI

Os três sub-grupos Guarani encontrados no Brasil perfazem, juntos, uma população aproximada de 20.000 pessoas.

O maior dos três sub-grupos é dos Guarani conhecidos como KAIOWÁ, auto-denominados Paĩ-Tavyterã ("os que somos do centro da terra"). Encontram-se concentradas na porção sul do Estado do Mato Grosso do Sul, estendendo-se pelo Paraguay Oriental. Só no lado brasileiro estes Paĩ ultrapassam número de 12.000 pessoas.

Os Guarani-Nandeva, conhecidos também pelas denominações Ava-Chiripa, Ava-Guarani ou Apapokuva, encontram-se localizados nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Compõem uma população aproximada de 4.900 pessoas. Há número relativamente grande de Nandeva também no Paraguay.

Os Guarani-Mbya são, no Brasil, perto de 500, encontrados em relativamente pequenas comunidades dispostas pela faixa litorânea principalmente dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. São encontrados também no Paraguay e na Argentina.

Considere-se, ainda, uma população Guarani estimada em perto de 4.000 índios com os quais não há contato por parte da FUNAI ou outra instituição. Em muitos casos são famílias, grupos de famílias ou comunidades inteiras cujas terras, de onde se recusam a sair, foram englobadas por fazendas ou empresas agro-pecuárias. Há índios Guarani-Mbya em situação semelhante no Rio Grande do Sul.

A DIVISÃO DA POPULAÇÃO GUARANI EM REGIÕES

A divisão da população Guarani em regiões aqui definidas não segue critérios rígidos. O processo de trabalho e de conhecimento das relações Guarani dentro destas áreas programáticas poderão exigir modificações nessa geografia.

As regiões se definiram a partir da sugestão da Presidência da FUNAI no sentido de que se priorizasse a atenção do Órgão aos Guarani do Litoral Paulista, Rio de Janeiro e Grande São Paulo. O conjunto das comunidades aí encontradas constitui a região I. Por razões explicitadas adiante, ficou definido como Região II as comunidades localizadas no Mato Grosso do Sul, região que este programa sugere como prioridade dois. A Região III, Interior de São Paulo e Norte do Paraná, bem como a Região IV, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, não estão incluídas da mesma forma que as anteriores neste planejamento. Definidas as prioridades decidiu-se, por razões práticas, pelo adiamento dos trabalhos nestas áreas levando-se em conta o curto período, entre setembro/84 e março/85, aqui previsto.

A QUESTÃO DA TERRA

Antes de descrever melhor as regiões, as prioridades e a proposta de trabalho, é importante ressaltar aqui, se não a principal, uma das principais questões que afetam os Guarani: a terra. Neste planejamento o problema está sendo considerado como ponto crucial e, enquanto tal, não deverá ser abandonado em qualquer das quatro regiões, independentemente das prioridades que se definiu para encaminhamento dos trabalhos.

Como proposta de encaminhamento de soluções para o problema, considera-se a necessidade de elaboração de um levantamento junto ao DPI em Brasília para formar um quadro de situação fundiária, das 53 áreas Guarani conhecidas (V. Tabela). Este levantamento ao mapear o conjunto das áreas possibilitará a definição de estratégia visando definir, na brevidade possível a questão da terra para os Guarani.

REGIAO I: Litoral Paulista, Rio de Janeiro, Grande São Paulo

I.1) Quadro Geral da Área

A constituição da assessoria para os Guarani brasileiros deixa entrever a disposição da Fundação no atendimento aos indígenas dessa etnia que habitam a Região I. A iniciativa é auspiciadora uma vez que SPI e FUNAI deram, até hoje, pouca ou nenhuma assistência as comunidades ali radicadas.

Trata-se de uma área formada por nove áreas ou comunidades predominantemente MBYA, segundo informações que devem ser revistas (V. Tabela). Destas, a comunidade de Bananal (PI Peruíbe) é a única que apresenta a peculiaridade de ser Área indígena circunscrita à 12a. DR da FUNAI; é também a única área onde há Guarani-Nandeva nessa região e onde a terra é demarcada (1927). As demais comunidades enfrentam maior ou menor problema com as terras que ocupam.

Se, de um lado, a FUNAI não tem propiciado qualquer assistência a estes índios - razão que em grande parte define a prioridade deste plano - em contraposição é onde se encontra maior número de instituições alternativas de apoio a comunidades indígenas das quatro regiões aqui sugeridas. Atuam na área o CTI, o CIMI, a ANAI-RJ, representantes da Igreja Católica, a CPI-SP, a UNI-SP, a SUDELPA (3) e a participação voluntarista de inúmeros particulares.

Algumas destas entidades, com diferentes níveis de inserção, vem realizando trabalhos objetivando a legalização de terras. Passo importante neste sentido vem sendo

(3) A Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista é entidade do Governo do Estado de São Paulo que tem se mostrado sensível ao problema do índio no Estado.

dado com a realização de gestões para assinatura de convênio entre FUNAI e SUDELPA para que esta última efetue, por completo, o processo de legalização de todas as terras ocupadas por Guarani no litoral e periferia paulista. Algumas destas áreas encontram-se em litígio nos quais a Procuradoria Jurídica da FUNAI deverá desempenhar papel importante.

Inclui-se ainda neste convênio, a liberação de verbas da mesma fonte para assistência de saúde à população indígena do Estado com a contratação de dois profissionais mais equipamento. Em relação à educação há trabalhos em algumas áreas; algumas das entidades, em áreas diferentes, têm levado a cabo experiências no campo do "desenvolvimento comunitário".

Por tratar-se de comunidades onde não houve intervenção do Estado brasileiro, torna-se importante uma racionalização dos trabalhos e um amplo conhecimento dos índios e seu contexto, visando minimizar as possibilidades de erro ou atitudes aceleradas frente a dinâmica Guarani que podem levar à reprodução de equívocos já evidenciados em outras situações e momentos.

Deve-se considerar, neste quadro geral da Região, e para efeitos de seu planejamento, indicadores, ténues porém não desprezíveis, de alguma forma de resistência em relação à intervenção oficial. Para anular prejuízos ao trabalho, será necessário um constante diálogo com índios e entidades alternativas e, ao mesmo tempo, demonstrar, no trabalho, a disposição de se levar a cabo ação correspondente às aspirações indígenas.

PROPOSTA DE TRABALHO

Não está sendo proposta, neste primeiro momento, a implantação de qualquer unidade administrativa da FUNAI nesta Região I. Face à demanda apresentada pelos representan

tes Guarani que recentemente passaram por BSB no entanto, alguma estrutura do Órgão na área não deve ser desconsiderada a médio prazo (1985-1986). É previsto que no processo de trabalho as comunidades reiterem essa reivindicação.

Com base em trabalhos com Guarani de outras regiões, esta assessoria pensa em levar à discussão com os índios a idéia da formação de "núcleos de apoio".

Trata-se de pontos de referência e apoio logístico - uma casa ou sala - para indígenas e funcionários do órgão, bem como para organização da administração que deverá contar com um mínimo de servidores. Seu funcionamento estaria calcado numa infra-estrutura para locomoção tanto de índios como funcionários, de sorte a que aqueles possam deslocar-se da reserva ao "núcleo de apoio" e vice-versa.

O trabalho do indigenista se constituirá basicamente em sistemáticas visitas às comunidades com as quais discutirá e definirá o encaminhamento dos trabalhos. Caberá a ele também o atendimento de emergências de qualquer natureza, repassando as soluções às instâncias pertinentes uma vez que não possa apresentá-las.

Qualquer iniciativa que se tome, contudo, deve ser precedida de uma exaustiva consulta aos índios para conhecimento de suas aspirações em relação ao atendimento que se lhes apresentará, bem como para se saber qual o lugar mais adequado para a instalação eventual destes núcleos. Pretende-se minimizar a presença de não-índios nas diminutas aldeias desta Região (V. Tabela), descaracterizando a presença dos "Postos Indígenas".

Nestes termos, o trabalho deve estar voltado no sentido da criação de condições de sorte a que os próprios

comunidades assumam a responsabilidade da solução de seus problemas. Ao Estado, através do órgão tutelar, cabe entender, definir critérios e apoiar seu movimento.

No campo da educação não se pretende intervenção imediata. Sugere-se que a intervenção seja precedida, aqui também, de uma avaliação das atividades em andamento na região (5), uma aplicação do conhecimento das comunidades para a intervenção neste campo. Concomitantemente propõe-se ao Corpo Consultor (ver adiante) que se iniciem estudos para elaboração de uma política educacional à etnia.

Também no campo do "desenvolvimento comunitário" não há proposta de trabalho imediato. Calcula-se, no entanto, a necessidade de recursos eventuais de pouca monta para fornecimento imediato em sementes, ferramentas, matéria-prima para artesanato ou outras pequenas necessidades materiais. Pequenos investimentos, aplicados com cuidado e critério, têm se revelado como apoio importante na estratégia de comunidades bem como na criação de embriões de futuros programas mais abrangentes.

Como encaminhamentos imediatos propõe-se:

- Levantamento no DPI sobre situação fundiária das terras ocupadas por índios no Estado de São Paulo. O levantamento de documentos, deve ser acompanhado de um reconhecimento da situação na área e junto às entidades alternativas que desenvolvem trabalho neste campo.

- Acompanhamento desta assessoria dos trabalhos de demarcação das terras a serem realizadas pela SUDELPA.

(5) Há informações sobre a existência de um programa de alfabetização especialmente preparado para aplicação junto a estes Guarani. Soube-se também ter sido negativa a experiência escolar dos indígenas nas redes Municipais de ensino. Haveria que confirmar estas informações.

- Gestões junto a instâncias competentes para demarcação das áreas ocupadas por Guarani no Estado do Rio de Janeiro.

- Gestões junto à SUDELPA para que se inicie, na brevidade possível, o programa de saúde previsto no convênio a ser firmado com a FUNAI (7).

- No campo da saúde, ainda, pensou-se na necessidade de criação imediata de uma estrutura (8) de atendimento para casos de enfermidades graves, seja junto à rede hospitalar do Estado ou da Federação, seja criando, a médio prazo, uma estrutura própria da FUNAI em lugar estratégico.

- No intuito de procurar linhas e critérios, como se quis definir acima, para o trabalho, esta assessoria pretende sugerir a realização de um conjunto de reuniões ainda nestes primeiros passos de trabalho, com as entidades alternativas de apoio às comunidades indígenas atuantes na Região. Em contatos estabelecidos com UNI-SP, CPI-SP, CIMI, CTI e com a SUDELPA, constatou-se uma predisposição inicial ao diálogo por parte destas instituições.

Em março/1985 pretende-se a elaboração de um relatório de atividades bem como uma proposta de trabalho orçamentário para 1985/1986.

(7) Na impossibilidade de realização do programa de saúde como previsto com a SUDELPA, esta assessoria conta com recursos assegurados de agência co-financiadora de trabalhos dessa ordem com indígenas no Brasil, para contratação de dois profissionais de saúde e material necessário pelo período de 6 meses a contar de setembro próximo.

(8) Caso já não esteja montada por alguma entidade alternativa.

REGIAO II - Mato Grosso do Sul

II.1) Quadro Geral da Área

É a região mais populosa das quatro aqui definidas. Formada por Guarani Paĩ-Tavyterã ou Kaiowã - em sua grande maioria - e por Guarani-Nandeva, existe nesta região oito Postos Indígenas da FUNAI e outras doze áreas, algumas reconhecidas e atendidas pelo órgão tutelar, outras não. Vinculados à 9a. Delegacia Regional, estes PIs dão atendimento no campo da saúde, educação e projetos de "desenvolvimento" às comunidades Guarani dentro dos Postos. A infra-estrutura da FUNAI em quase todos os PIs é semelhante. A cada um corresponde um atendente de enfermagem, um professor (em grande parte da rede municipal de ensino) e chefe de posto; em alguns há também um técnico agrícola. Em boa parte, escolas, enfermarias e casas de chefes de postos são bem construídos e padronizados. Há falta crônica de remédios nas farmácias; a EVS não tem percorrido todas as comunidades (9) mais do que uma vez por ano; na educação, há falta de professora da FUNAI e nítida inadequação de métodos; no trabalho agrícola há atrasos fatais de verbas para sementes, insumos e outros. O que tem constatado, e muito se pode atribuir a uma conjuntura de crise econômica nacional, é que os funcionários a nível dos PIs se vêem desprovidos de recursos e orientação para realização de seu trabalho. Esta situação tem frustrado profissionalmente muitos indigenistas de bom nível e exigido pouco daqueles em formação. Apesar das reais dificuldades econômicas, há indicadores de que aspectos do trabalho, bem orientados e racionalizados, podem solucionar em boa medida algumas de suas deficiências.

(9) A 9a. DR tem sob sua jurisdição 19 PIs e dezenas de áreas apenas reconhecidas pela FUNAI não constituídas em PIs. Deve atender as populações indígenas: Terena (perto de 10.000 pessoas); Kadiwéu (perto de 1.000); Guató (perto de 220) e Camba (perto de 2.000 - habitam áreas urbanas de Corumbá-MS), afóra os Guarani.

Afora a presença da FUNAI, na Região II atua uma entidade alternativa de apoio a comunidades indígenas, o projeto Kaiowá-Nandeva-Pkñ, e missões católicas e protestantes. O PKÑ chegou na região em 1976 e atua, hoje em dia, em sete reservas; desenvolve um programa agrícola. O CIMI atua desde 1978 em dois PIs da área em programa de educação e agricultura.

A Missão Evangélica Caiuá, há mais de cinquenta anos no MS, desenvolve programas de Saúde e Educação e seus núcleos se distribuem por seis dos oito PIs. Possuem ainda um hospital em Dourados, onde fica sua sede, para atendimento principalmente de tuberculosos. Em Dourados atua ainda a Igreja Metodista, também em programa agrícola. Outra entidade missionária presente, assistindo os índios em saúde e educação, é uma Missão Alemã que atua em dois PIs da região.

PROPOSTA DE TRABALHO

No campo do "desenvolvimento comunitário" sugerem-se aqui medidas imediatas visando uma maior racionalização na aplicação dos recursos destinados a estes Guarani. Tais medidas não exigem montante superior aqueles já orçados para o ano 84/85. Os projetos agrícolas que têm sido aplicados aos Guarani encerram proposta de trabalho não compatível com a organização do grupo indígena para a reprodução de seu próprio sistema econômico que "insistem" em manter. Esta racionalização portanto, não deve ser a dos brancos.

Estes recursos, pensados como capital de investimento exigem, enquanto tal, sua reprodução. Revestidos com essa roupagem - com expectativas de ampliação de produção e produtividade dos beneficiários em moldes não-indígenas - entram em choque com o "modo de produção" Guarani, centralizado principalmente na subsistência. As experiências têm sido desastrosas e exigem novas formas de entender, pensar e empregar recursos.

A prática revela que o "investimento" no trabalho agrícola junto aos Guarani retorna através da ampliação do número de pessoas envolvidas sem variações na quantia investida (10).

A essa mudança de enfoque correspondem mudanças nas decisões sobre sua aplicação. Neste sentido, a proposta é que se inicie, oficialmente, um processo de discussão com as comunidades Guarani para encaminhamentos onde sua participação seja determinante. Deflagrado o processo de discussão, com a definição de critérios e do montante de recursos disponíveis, pode-se esperar debates internos em diversos níveis acarretando uma reunião deliberativa geral da comunidade (ATY GUASU) e, por consenso, decisões sobre o tema. Este é o processo decisório Guarani e na prática têm demonstrado bons resultados quando seguido pelo branco. Cabe considerar a necessidade de que os indigenistas lotados nos PIs da região recebam orientação acurada para esta prática, o que pode ser realizado a nível de uma coordenadoria da etnia Guarani.

No campo da Saúde a proposta de aplicação imediata aqui apresentada também não requer recursos além dos já orçados. Restringe-se a uma ampla consulta às comunidades no intuito de levantar a situação real de cada uma delas neste campo de assistência. Entende-se, como se quis expressar em outros pontos deste plano, que a uma participação ampliada das comunidades nas decisões que lhes dizem respeito, assim como na definição e encaminhamento de soluções, correspondem melhores resultados de ação.

(10) O PKN, no MS, estará atendendo duas áreas além das atendidas em 1983; também contratará um novo promotor social. Considerando-se a desvalorização do cruzeiro ou considerando os recursos em moeda estrangeira, este Projeto estará apoiando um número maior de famílias Guarani com o mesmo montante de recursos, o que demonstra que a quantidade de capital aplicados pode sofrer divisões ou redistribuições entre os beneficiários, servindo de apoio as suas aspirações de ordem econômica.

A consulta através de reuniões, consensos, discussões, permitirá avaliar, em todos os níveis, os problemas existentes e buscar soluções. Pode-se prever, antecipadamente, a necessidade de um médico e um(a) enfermeiro(a) para implantar, dentro da metodologia proposta, programa apropriado.

Vale ponderar, ainda, que o trabalho com estes Guarani tem revelado que em inúmeros casos os próprios indígenas apresentam soluções simples que dependem de poucos recursos e um mínimo de organização. É necessário, contudo, que se dê crédito a capacidade das comunidades de, por seus próprios meios, encontrarem soluções que aos olhos do branco não apareçam como tal.

Até março, desta forma, seria possível montar um quadro da realidade vivida pelos índios e pela FUNAI, sobre o qual seria elaborado um programa para o ano.

A ausência de remédios nas farmácias dos postos surge como uma das reivindicações mais veementes dos índios. Como sugestão propõe-se que se realizem gestões junto à CEME ou laboratórios particulares no sentido de se tentar estabelecer um fornecimento sistemático e regular para abastecimento das farmácias dos postos.

Ainda neste campo mas numa perspectiva de médio e longo prazo, propõe-se a criação de um atendimento específico à área Guarani, com profissionais desvinculados das obrigações que hoje assolam a EVS da 9a. DR. Isto implicaria na presença permanente de um médico dedicado com exclusividade à Região, possibilitando treinamento de pessoal e, com orientação antropológica, sua especialização. O encaminhamento sobre essa questão conforme se propõe, deverá ser realizado de acordo com o Corpo Consultor e a EVS da 9a. DR. Paralelamente a isso, a presença de um médico na região permitirá a realização de experiências direcionadas às comunidades de sorte que elas próprias possam, a um nível, conhecer a medicina ocidental que,

aliada à medicina indígena, aglutinará esforços para a melhoria das condições de saúde dos Guarani.

Em relação à educação na região, não haveria nenhuma proposta concreta para este período. O que se pensa em relação a esta questão é a realização de um levantamento de todas as experiências com educação Guarani e, conjuntamente com membros do Corpo Consultor e viagens às áreas, elaborar uma política educacional adequada à etnia (11).

DOURADOS E AMAMBAI: Problemas à Parte

Constituído por uma população composta por Guarani-Paĩ, Guarani-Nandeva e Terena, o PI Dourados e, sem dúvida, a área que apresenta maior número de problemas nesta região. Dado suas dimensões, pode ser considerado um "caso à parte" dentro do contexto Guarani regional, e que exige uma dedicação e um tratamento exclusivo por diferenciar-se enormemente das outras situações. A procura de soluções à situação que se criou exige um trabalho lento, cuidadoso, acurado, porém firme e decisivo. Qualquer iniciativa em Dourados deve partir de uma orientação comprometida com mudanças profundas na estrutura que lá se instalou. A sugestão que pode ser feita é a criação uma equipe permanente de profissionais indigenistas que, com o tempo e orientação possam conhecer bem a situação interna e com isto, propor encaminhamentos para solução dos problemas. Esta equipe poderia ser formada já em 1985. Há uma certa urgência em combater esse problema (12).

(11) Há inúmeras experiências dentro e fora do Brasil em relação à alfabetização Guarani. Há também diversos lingüistas e educadores que de bom grado assessorariam um trabalho como o que se propõe aqui.

(12) Há inúmeros relatórios nos últimos nove anos que podem ilustrar a situação em que se encontra o PI Dourados. São relatórios de funcionários ou prestadores de serviços da FUNAI.

No PI Amambai, caso não sejam tomadas medidas razoavelmente urgentes, podem ocorrer problemas semelhantes aos existentes em Dourados. Ao PI Amambai estão vinculadas outras cinco áreas indígenas: Limão Verde, Rancho Jacaré, Campestre, Guaimbé e Pirakua. Estas áreas não possuem um agente da FUNAI permanente. São assistidos pelo chefe de posto, seu substituto de Amambai. A sugestão específica que se faria em relação a esse conjunto de aldeias, é de que não sejam implantados neste primeiro momento, infra-estrutura para PI nas áreas mencionadas. Em contrapartida, sugere-se o reforço orientado em recursos humanos e materiais para o PI Amambai. Caberia também uma infra-estrutura em locomoção para Índios e funcionários. Desta forma, o PI Amambai (ou mesmo a cidade de mesmo nome) se constituiria em um "núcleo de apoio" (Ver Região I) às outras áreas "satélites". Caberia a inclusão de funcionários bem treinados e orientados para o trabalho com os Guarani nessa nova perspectiva. O que se tem observado nestas comunidades é que a solicitação de apoio por parte das cinco aldeias só ocorre em caso de situações emergenciais ou quase; os problemas do cotidiano são resolvidos internamente, o que exige maior participação das comunidades nesse processo (Ver Região I).

REGIÃO III: Interior de São Paulo e Norte do Paraná

As comunidades desta região estão circunscritas à 12a. DR. Dividindo terras ocupadas com Índios Kaingang em PIs da FNI, há perto de 205 Guarani-Ñandeva. Recentemente houve mudanças administrativas na DR que acarretaram na transferência de sua sede de Bauru (SP) para Londrina (PR). Esta reestruturação, cujo processo recém se inicia, provocou um movimento das etnias Guarani e Kaingang que habitam os PIs afetos à referida DR.

Mesmo com as poucas informações dessa assessoria sobre aquela situação, é possível se prever, para a formulação de uma proposta de trabalho para a área, a necessidade de um período relativamente longo de tempo e dedicação exclusiva

aos Guarani ali localizados. Tendo em vista as prioridades de finidos neste Plano, a sugestão é de que se projete para meados de 1986 uma atuação sistemática desta assessoria na Região III.

As comunidades Guarani desta área não estão, de outro lado, desassistidas. Veem recebendo, nos últimos anos, subsídios para suas lavouras, atendimento de saúde e dentário e educação por parte da FUNAI. Constata-se uma atuação indigenista caracterizada por uma metodologia de trabalho onde os indígenas participam apenas parcialmente das decisões e encaminhamentos dos trabalhos que ficou a cargo dos funcionários da DR. Na medida do possível e no próprio processo de trabalho, a idéia é reverter essa situação repassando às comunidades a responsabilidade das decisões.

PROPOSTA DE TRABALHO

- Levantamento da situação fundiária de todas as áreas indígenas da Região. DPI.

- Coleta e arquivo das informações da FUNAI sobre os Guarani da Região.

- Avaliação sobre os trabalhos que se desenvolvem na Região. O resultado desta avaliação poderá contribuir no encaminhamento dos trabalhos dessa assessoria. entende-se que aqui também a intervenção deve ser compatível com a dinâmica das comunidades que certamente estará referida à sua história recente e relacionada com o indigenismo oficial:

- Esta avaliação poderia ter início imediato. Caso aprovada a sugestão, seria possível de contratar prestação de serviços ou designar um funcionário do órgão para este trabalho. Pode-se pensar na possibilidade de que a pessoa designada possa já iniciar seu treinamento para compor uma eventual equipe de trabalho Guarani dentro da Fundação.

- Sugere-se uma viagem de reconhecimento da área por esta assessoria no início de 1985 e um relatório/ planejamento para o ano de 1985/1986 a ser preparado para março/85.

REGIAO IV: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Oeste e Sul do Paraná, Espírito Santo

Trata-se de uma área composta por Guarani-Mbya e Guarani-Nandeva, num total aproximado de 1.600 índios Guarani distribuídos em 17 áreas. As Delegacias às quais a região está jurisdicionada são a 4a. e 13a. DR.

Da mesma forma que a Região III caberia um levantamento acurado e uma valiação ampla para se conhecer a realidade daquelas comunidades, principalmente dos Mbya não assistidos pela FUNAI. Também como no caso anterior, considerando-se esta fase inicial do trabalho, a sugestão vai no sentido do adiamento, para o ano próximo, da intervenção sistemática desta assessoria. Considere-se, assim, que a esta fase dos trabalhos corresponderá uma intervenção aos Guarani que circunstancialmente foram priorizadas. A intervenção simultânea, neste momento em duas regiões (I e II) absorverá por completo o tempo disponível; esta primeira investida deverá abrir caminhos para uma atuação nas outras regiões.

Nesta região atuam o CTI (ES), o CIMI (RS, SC, PR e ES) e a ANAI-RS (RS e SC). Estas entidades veem desenvolvendo trabalhos no campo do "desenvolvimento comunitário" e de legalização ou regulamentação das terras. A FUNAI, em seus postos, atende no campo da saúde, educação e em projetos de "desenvolvimento".

PROPOSTA DE TRABALHO

- Levantamento da situação fundiária no DPI.
- Documentação sobre Guarani da Região. Acumular o que se tem na FUNAI sobre estas áreas em um lugar específico.
- Levantamento da situação dos Guarani para melhor conhecimento desta assessoria.
- Viagem de reconhecimento no início de 85 e preparação consequente de planejamento em conformidade com as aspirações apreendidas diretamente das comunidades.
- Relatório e plano de trabalho para 85/86 a ser entregue em março/85.

NECESSIDADES BÁSICAS PARA O TRABALHO NESTA PRIMEIRA FASE

As necessidades para essa primeira fase do trabalho são relativamente restritas e podem ser elencadas em quatro pontos: base de atuação do assessor, recursos humanos, recursos materiais e apoio da Fundação, em todos os níveis, à iniciativa.

1) Base de Atuação da Assessoria

Considerando sua localização e infra-estrutura em transporte, comunicação e outras, a cidade de São Paulo parece ser a alternativa mais conveniente para servir de base central do trabalho. Em relação à prioridade que se pretende dar a Região I, São Paulo é ponto central. Em relação às demais Regiões e mesmo à sede da FUNAI em Brasília, apresenta facilidade de acesso. Nesta fase inicial esta base central de atuação está sendo entendida apenas como ponto de referência e contato desta assessoria com Brasília e outras áreas afetos

ao trabalho. Trata-se de lugar - casa ou sala - para corres
pondência e telefone.

Considerou-se a possibilidade de utilização da infra-estrutura da SUDELPA que já indicou disponibilidade nes
te sentido. Os recursos da SUDELPA se estendem a outras loca
lidades da Região I, o que auxiliaria o trabalho caso se orga
nizasse para tanto.

2) Locomoção do Assessor

Trata-se de uma necessidade da qual dependerá, em grande medida, o bom andamento dos trabalhos. Esta assesso
ria entende ser de fundamental importância o contato permanen
te e sistemático com as comunidades para um maior entendimen
to possível da sua realidade, bem como para fazer-se conhecer
e ao trabalho. Para tanto e considerando estes seis primeiros
meses para implantação dos trabalhos na Região I, pretende-se
a aquisição de um veículo. Trata-se de um carro usado porém
em boas condições de rodagem, resistência e baixa manutenção ;
que permita a realização de viagens permanentes entre São Pau
lo e as onze comunidades Guarani da Região. Foram realizados
gestões junto a entidades estrangeiras de co-financiamento a
trabalhos com populações indígenas para sua aquisição. Uma
vez adquirido caberá à FUNAI o encargo de sua manutenção. Ca
so aprovado, propõe-se que os cálculos para gastos sejam fei
tos com base no instituído pela Fundação em relação à manuten
ção de veículos.

O programa de viagem de São Paulo às outras regiões e a Brasília, requer também planejamento de recursos. Nestes primeiros passos do trabalho, quando serão priorizadas as regiões I e II, o roteiro inicial proposto seria Brasília-Rio de Janeiro-São Paulo-Campo Grande-Brasília, onde, por vol
ta do dia 15/10, se estabeleceria nova programação. Sugere-se,
paralelamente, que, aprovado, o roteiro seja definido com a
aquisição de um bilhete completo porém sem datas fixadas.

Pode-se prever ainda uma viagem de reconhecimento às Regiões III e IV ainda nesta primeira fase, para visitas a algumas áreas representativas nas duas regiões, e contatos com entidades alternativas de apoio ao Índio e Delegacias Regionais. O roteiro poderia ser São Paulo-Bauru-Londrina-Chapecó-Porto Alegre-Brasília-São Paulo. As viagens a Brasília aqui previstas estão relacionadas com reuniões junto com o Corpo Consultor que adiante se descreve em detalhes. Apesar da definição desde já desse roteiro, certamente ele sofrerá modificações em função das demandas e prioridades inesperadas no curso dos trabalhos.

3) Recursos Humanos e Materiais

Um dos objetivos considerados de importância na formulação deste plano, é o de viabilizar, no processo de trabalho, a composição de uma equipe indigenista voltada para as especificidades da etnia Guarani. Isto implica na formação de quadros, especializados ou não, neste trabalho específico. O encaminhamento que se propõe é o da realização sistemática de cursos, reciclagens e discussões com servidores que atuam ou venham a atuar junto aos Guarani. Uma assessoria antropológica - de uma antropologia voltada para a aplicação concreta de seu conhecimento - em muito poderá contribuir na formação de quadros. Em muitas situações conhecidas desta assessoria, a prudência recomenda, para que o trabalho possa ser realizado, a permuta de servidores por outros. Em outras situações, principalmente em relação a profissionais especializados, serão necessárias novas contratações. A composição da equipe e a formação dos quadros estão condicionados a processo de trabalho que apenas com o tempo apresentará contornos mais nítidos.

Em relação ao coordenador dos trabalhos, a sugestão é que seja estabelecida uma diária - alimentação e gastos pessoais - quando em viagem pelas áreas. Entende-se, no caso da Região I, que a permanência do assessor na cidade, de

São Paulo não inclui esta diária. Sugere-se de outro lado, que sejam consideradas as despesas de manutenção do citado veículo realizados na capital paulista.

Vale dizer ainda que em termos de recursos humanos considera-se viável a contribuição no trabalho de pessoal ligado às entidades alternativas de apoio.

Em termos de recursos materiais, pensou-se, a fora as despesas já mencionadas, numa pequena reserva a ser eventualmente utilizada na hipótese de surgimento de emergências ou da necessidade de aplicação em iniciativas consideradas promissoras como se informou atrás. O prazo de aplicação dessa verba (Cr\$ 1.500.000,00/Cr\$ 2.000.000,00) poderia se estender até fins de outubro/84. Seria um recurso de utilização imediata e sua solicitação justificada.

Certamente que para uma fase posterior do trabalho os investimentos em pessoal, treinamento de pessoal, administração e recursos materiais, deverão se ampliar. Leve-se em conta, no entanto, que a perspectiva que se vislumbra é a de utilização mínima e racionalização máxima dos recursos aplicados. Parte-se do princípio que o trabalho tem que se adequar aos recursos existentes; experiências com os Guarani têm indicado sua compreensão frente ao problema de verbas desde que tenham conhecimento da origem e dificuldades para alcançá-los. As experiências tem demonstrado ainda a viabilidade real dessa proposta na medida em que, definida a quantia disponível, sua aplicação é discutida com a comunidade beneficiária de sorte a que todos dela usufruam.

SOBRE A CRIAÇÃO DE UM CORPO CONSULTOR GUARANI NA SEDE DA FUNAI

As dimensões que assume o trabalho desta assessoria é grande. São mais de 50 áreas ou comunidades espalhadas por 7 Estados; um número de indígenas que certamente estará chegando à casa dos 20.000; inúmeros funcionários, departamentos e delegacias do órgão que direta ou indiretamente, es

tão relacionados a esta população indígena; diversas entidades alternativas de apoio às comunidades indígenas estão envolvidas. Trata-se, assim, de um número considerável de variáveis que compõem este trabalho. Sua realização só será possível a longo prazo e através de ações formalmente planejadas em etapas que, por sua vez, definirão as bases sobre a qual o trabalho vai sendo paulatinamente estruturado.

Como auxílio no encaminhamento do trabalho e como referência na definição de critérios, está sendo proposta a criação de um Corpo Consultor Guarani. Trata-se de um conjunto de representantes de diferentes setores e Departamentos da FUNAI, ligados à assessoria Guarani para apoio logístico na sede em Brasília. Teria a função de discutir e orientar a assessoria em relação aos interesses Guarani na sede do Órgão, em questões pertinentes a cada um dos Departamentos. Assim:

DPI: Uma pessoa designada para tratar com essa assessoria sobre TERRA. O levantamento da situação fundiária das áreas Guarani seria uma tarefa imediata, bem como uma organização de prioridades para regulamentação das terras, o que seria feito em conjunto com esta Assessoria após montado o quadro geral da situação fundiária. Pensou-se que este levantamento poderia estar pronto até 15/10/84, assim como a definição de encaminhamentos prioritários.

AESP: Coleta de todos os documentos, pareceres, relatórios Guarani. Localizá-los. Montar arquivo para se saber onde estão. Fichas de localização. Uma pessoa.

PJ : Pessoa designada para encaminhar processos Guarani, Orientação à assessoria sobre questões e casos jurídicos. Atendimento emergencial de qualquer problema de justiça, terra, crimes comuns, outros. Priorizar junto com DPI processos e encaminhamentos.

DAI: Uma pessoa. Auxílio e orientação da assessoria em questões afetas a esse Departamento. As relações dessa assessoria com chefias de postos e Delegacias deverá ser permanente; atuando de forma coordenada com delegacias, chefias de postos e Sede em Brasília, as possibilidades de um trabalho fluido e eficiente se ampliam.

Educação e Saúde: Estes setores poderiam iniciar trabalho de elaboração de uma política específica Guarani para estas questões. Em conjunto com a AESP seria possível montar um quadro sobre o que se tem realizado nestas duas áreas e, em conjunto com o trabalho de campo desta assessoria, montar a médio prazo programas eficientes.

Este corpo consultor seria convocado por esta assessoria; se reuniria sistematicamente em função da dinâmica do trabalho para discutir e encaminhar questões relativas aos Guarani.

CONCLUSÃO

Procurou-se fazer aqui um planejamento realista, restrito à compreensão, ao conhecimento e à experiência de trabalho prático com os Guarani e, dentro destes limites, uma adequação para execução do trabalho na relação estabelecida entre a realidade indígena e as diferentes agências não-indígenas. Considerou-se também dificuldades econômicas e a perspectiva de orientação e aproveitamento do corpo de funcionários da FUNAI.

O que se planejou aqui, pelo período indicado levando-se em conta o cumprimento de condições mínimas é, em grande medida, possível de realização.

A data prevista para início dos trabalhos é 15/08/84. Atrasos no início dos trabalhos podem comprometer a programação.

Brasília-DF 04 de junho de 1985.

Atenciosamente



RUBEM FERREIRA THOMAS DE ALMEIDA

TABELA GERAL SOBRE OS GUARANI NO BRASIL

ALDEIA	SUB-GRUPO	POPULAÇÃO	ESTADO	ÁREA (HA)	TUTELA OU ASSISTÊNCIA	SITUAÇÃO DA TERRA
01. Pirakua	Paĩ	225	MS	2.346	FNI-CIMI-PKÑ	
02. Marangatu	Paĩ	42	MS	10	FNI	
03. Dourados	Paĩ+Nandeva	3.490	MS	3.239	FNI-MEC-IM-VÁRIOS	
04. Panambi	Paĩ	231	MS	340	MPA-FNI	
05. Panambizinho	Paĩ	114	MS	60	FNI-MPA	
06. Te'yi Kue	Paĩ+Nandeva	1.620	MS	3.750	FNI-MEC-CIMI	
07. Santa Luzia	Paĩ+Nandeva	150	MS	?	FNI-PKÑ-CIMI	
08. R. Jakarê	Paĩ	204	MS	777	FNI-PKÑ	
09. Gauimbê	Paĩ	100	MS	716	FNI-CIMI	
10. Amambai	Paĩ+Nandeva +Ter.	1.974	MS	2.318	FNI-PKÑ-MEC	
11. Mboi Jagua I	Paĩ	?	MS	?	-	
12. Takuapiry	Paĩ	1.110	MS	1.886	FNI-PKÑ-MEC	
13. Guasuti	Paĩ	?	MS	?	-	
14. Ramada	Paĩ	1.186	MS	1.935	FNI-PKÑ-MEC	
15. Laguna Verã	Paĩ	?	MS	?	-	

ALDEIA	SUB-GRUPO	POPULAÇÃO	ESTADO	ÁREA (HA)	TUTELA OU ASSISTÊN CIA	SITUAÇÃO DA TERRA
16. Jakare'y	Ñandeva	1.109	MS	2.000	FNI-PKÑ-CIMI-MEC	
17. Cerrito	Ñandeya	35	MS	?	FNI-PKÑ	
18. Piraju'y	Ñandeva	685	MS	2.121	FNI-PKÑ-MPA	
19. Paraguasu	Paĩ	120	MS	?	-	
20. Mboi Jagua II	Paĩ	?	MS	?	-	
21. Araribã	Ñandeva	36	SP-I	1.920	FNI	
22. Laranjinha	Ñandeva	115	PR-N	170	FNI	
23. Ivai	?	05	PR-N	7.200	FNI	

ALDEIA	SUB-GRUPO	POPULAÇÃO	ESTADO	ÁREA (HA)	TUTELA OU ASSISTÊNCIA	SITUAÇÃO DA TERRA
24. Faxinal	?	06	PR-N	2.009	FNI	
25. B. Antonina	Ñandeva+KG	43	PR-N	4.914	FNI	
26. R.das Cobras	Ñandeva+KG	418	PR-O	19.100	FNI-CIMI	
27. R. Arcia	Ñandeva+?	17	PR-S	?	CIMI	
28. Mangueirinha	Nandeva+KG	327	PR-O	7.400	FNI-CIMI	
29. Xapecô	Ñandeva+KG	150	SC	15.009	FNI-CIMI-ANAI	
30. Nonoai	? +KG	110	RS	14.910	FNI-CIMI-ANAI	
31. Guarita	? +KG	104	RS	23.183	FNI-CIMI-IC.	
32. Votouro	?	62	RS	1.583	FNI	

ALDEIA	SUB-GRUPO	POPULAÇÃO	ESTADO	ÁREA (HA)	TUTELA OU ASSISTÊNCIA	SITUAÇÃO DA TERRA
33. C. Doble	?	36	RS	4.508	FNI	
34. Camaquã	Mbya	50	RS	?	ANAI-CIMI	
35. Osório	Mbya	45	RS	?	ANAI-CIMI	
36. Barra D'Ouro	Mbya	?	RS	?	ANAI-CIMI	
37. Ibirama	Ñandeva+KG	108	SC	14.156	FNI-CIMI	
38. Caieiras V.	Mbya+Tup. ^(?)	62	ES	2.700	FNI-CIMI-CTI	
39. Araguaina	Paĩ+Carajã(6)	15	GO	?	FNI	
40. Itariri	Mbya	35	SP-LIT.	960	CIMI-SUD.	
41. Bananal	Ñandeva	100	SP-LIT.	484	FNI-CIMI	

ALDEIA	SUB-GRUPO	POPULAÇÃO	ESTADO	ÁREA (HA)	TUTELA OU ASSISTÊNCIA	SITUAÇÃO DA TERRA
42. Crucutu	Mbya	06	SP-LIT.	43	CTI-SUD.	
43. Rio Branco	Mbya	35	SP-LIT.	840	CTI-SUD.	
44. Mboi Mirĩ	Mbya	19	SP-Gde	10	CPI-CTI-SUD.	
45. Morro da S.	Mbya	130	SP-Gde	20	CTI-SUD.	
46. Jaragua	Mbya	11	SP-Gde	2,5	CTI-SUD.	
47. Silveira	Mbya	30	SP-Lit.	840	CTI-SUD.	
48. Boa Vista	Mbya	60	SP-Lit.	600	CTI-SUD.	
49. Bracuí	Mbya	17	RJ	665	ANAI-OAB	
50. Promissão	Mbya	?	RJ	?	ANAI-CTI-OAB	
51. Ava-Guarani e OC DI(*) 1	Ñandeva	100	PR-O	253	CIMI-FNI	

ALDEIA	SUB-GRUPO	POPULAÇÃO	ESTADO	ÁREA (HA)	TUTELA OU ASSISTÊNCIA	SITUAÇÃO DA TERRA
52. Tapes (*)1	Mbya	50	RS	?	ANAI-CIMI	
53. Limão Verde (*) 1	Paĩ	252	MS	660	FNI-PKÑ	

OBS 1: Grande parte destas informações não necessariamente estão corretas. No desenvolvimento do trabalho se pretende a realização de checagem o mais completo possível. Solicita-se que a tabela não seja reproduzida ou divulgada.

OBS 2: Mbya
Ñandeva : de forma geral são informações que devem sofrer mudanças

Fonte: Aconteceu 1983, Povos Indígenas no Brasil, 1983.

PKÑ - I.P.: Rubem F.T. de Almeida
Celso Shitoshi Aoki

CTI - Centro de Trabalho Indigenista
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
ANAI - Associação Nacional de Apoio ao Índio
Spa-Sud. - SYDELPA - Sup. do Des. do Paulista
MEC - Missão Evangélica Caiuã
PKÑ - Projeto Kaiowã-Ñandeva
MPA - Missão Protestante Alemã